



A Mozambique Business School (Escola de Negócios da Politécnica) vai capacitar quadros e rever o modelo de governação institucional do Fundo da Paz e Reconciliação Nacional, bem como desenvolver e implementar programas de formação técnico-profissional para os combatentes.

Para o efeito, as duas instituições assinaram, na segunda-feira, 18 de Março, em Maputo, um memorando de entendimento que prevê, igualmente, a realização de estudos de viabilidade, com vista à instituição de um fundo de pensões e à criação de um microbanco para a prestação de serviços financeiros a este grupo social.

Intervindo após a cerimónia de assinatura, o presidente da Mozambique Business School, José Tomo Psico, referiu-se à importância deste memorando na valorização dos feitos dos combatentes.

“É necessário valorizar e integrar devidamente aqueles que fizeram tudo o que esteve ao seu dispor para conquistar a independência e a integridade territorial do nosso País”, disse José Tomo Psico, que considerou que uma das formas de garantir a valorização dos combatentes é a formação, pois só assim é que se pode garantir a sustentabilidade dos diversos programas e iniciativas de financiamento geridos pelo Fundo da Paz e Reconciliação Nacional.

Para o presidente da Mozambique Business School, é importante “preparar as pessoas que poderão obter financiamento para garantir uma boa gestão e a rotatividade dos fundos para que mais combatentes sejam beneficiados pelos programas”.

Por seu turno, o director executivo adjunto do Fundo da Paz e Reconciliação Nacional, Guido Machipissa, é de opinião de que a assinatura deste memorando vai permitir uma boa gestão da

instituição e dos recursos, com vista a uma boa reinserção económica e social dos combatentes.

“Estaremos mais capacitados para enfrentar os desafios. Geralmente, quando abordamos potenciais parceiros, a primeira coisa que querem saber é como é que estamos organizados para terem a certeza de que saberemos gerir os recursos alocados”, asseverou Guido Machipissa.

Outra mais-valia apontada por Guido Machipissa tem a ver com o facto de o memorando incluir a formação dos combatentes, grupo-alvo da instituição que dirige: “Podemos dizer que estávamos a semear no deserto porque, por exemplo, atribuíamos dinheiro ou meios de trabalho, sem antes sabermos se a pessoa estava preparada ou não, e isso influenciava negativamente nos níveis de reembolso”.